

**EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL**

**CNPJ/MF nº 15.413.826/0001-50**

**NIRE 54.300.000.566**

**Companhia Aberta**

Campo Grande - MS, 14 de abril de 2010.

Aos Srs. Acionistas da **EMPRESA ENERGETICA DE MATO GROSSO DO SUL S.A. - ENERSUL.**

### **PROPOSTAS DA ADMINISTRAÇÃO**

A administração da Companhia vem submeter as seguintes propostas à apreciação de V.Sas., reunidos em Assembléia Geral Ordinária, conforme Edital de Convocação abaixo transcrito:

#### **“EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 29 de abril de 2010, às 09:00 horas, na sede social, na Avenida Gury Marques nº 8000 – Campo Grande - MS, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

- a) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2009;
- b) Aprovação da destinação do resultado do exercício e a ratificação da distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio relativos ao exercício de 2009;
- c) Eleição dos membros do Conselho de Administração; e
- d) Fixação da remuneração dos administradores para o exercício de 2010.

Nos termos das Instruções CVM nº 165/91, 282/98 e 481/09, informa-se que os acionistas representando, no mínimo, 5% (cinco por cento) do capital votante da

Companhia poderão requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração.

Os documentos pertinentes à ordem do dia encontram-se à disposição dos senhores acionistas da Companhia, em sua sede social, bem como através das páginas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&Fbovespa – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros S.A. ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)).

O acionista, seu representante legal ou procurador deverá comparecer à Assembleia munido dos documentos hábeis de sua identidade e/ou representatividade. A representação por procuração deverá obedecer às determinações do § 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76.”

Para facilitar a consulta e manuseio, a administração da Companhia consolida, neste documento, todas as informações e documentos que devam ser disponibilizados a V.Sas., quais sejam:

<b>Nº</b>	<b>Informação e/ou Documento</b>	<b>Página</b>
1.	Comentários dos Administradores	1
2.	Destinação dos Resultados	43
3.	Eleição de Membros dos Conselhos de Administração e Fiscal	52
4.	Remuneração dos Administradores e Conselheiros	60

**1. COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO  
FINANCEIRA DA COMPANHIA**

**(Nos termos do item 10 do Formulário de Referência,  
Anexo 24 da Instrução CVM nº 480/2009).**

(Valores expressos em milhares de reais)

**10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

**a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A.- Energul (“Energul” ou “Companhia”) tem como atividade a distribuição de energia elétrica no Estado do Mato Grosso do Sul em que no exercício 2009 a receita bruta é composta por 96,7 % de clientes cativos.

A diretoria entende que a companhia apresenta condições patrimoniais e financeiras para cumprir suas obrigações de curto e médio prazo.

Todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do país, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias. No entanto, como nossas concessões rodoviárias e negócios de logística atendem a atividade de importação e exportação, também somos afetados pelo comércio internacional e condições econômicas globais.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do País. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do PIB teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 5,7% em 2007, de 5,1% em 2008 e uma queda de 0,2% em 2009, não obstante a conjuntura mundial adversa que levou a resultados bem mais negativos em outros países nesse ano. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo BACEN em relação ao índice SELIC) reduziu, considerando o último dia de cada ano, de 18,5% em 2005, para 13,2% em 2006, 11,2% em 2007, 13,7% em 2008 e 8,7% em 2009.

A Companhia opera predominantemente nas regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil (representando 82,2% da receita operacional bruta da Companhia gerada pelas atividades de distribuição de energia no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009) e o crescimento econômico nessas regiões pode ser o fator de maior impacto na demanda por energia elétrica e nos resultados operacionais da Companhia.

A distribuição de energia elétrica nas áreas de concessão da Companhia mostra uma forte correlação com o crescimento e desenvolvimento das economias nos Estados do Mato Grosso do Sul, uma vez que a base de clientes é, em grande parte, composta por clientes residenciais cativos nesse Estado. O consumo de energia nos Estados do Mato Grosso do Sul aumentou em 6,7% ao ano quando comparamos 2008 com 2009. A Companhia teve um aumento médio maior do que a média nacional de consumo elétrico, que foi de -1,1% no mesmo exercício. Além disso, a Companhia acredita que esse estado tem um significativo potencial para desenvolvimento econômico que, a seu ver, se traduzirá em um potencial de crescimento na demanda por energia elétrica.

Inclusive, o PAC, criado pelo Governo Federal, tem como objetivo a aceleração do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira, incluindo os Estados do Pará, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O PAC consiste em um conjunto de medidas destinadas a incentivar o investimento privado, aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos burocráticos, administrativos, normativos,

jurídicos e legislativos, ao crescimento. Por meio do PAC, estima-se um investimento total da ordem de R\$49,6 bilhões, dos quais R\$14,2 bilhões, R\$12,4 bilhões, R\$7,0 bilhões e R\$16,0 bilhões, respectivamente, serão destinados aos Estados do Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pará, até 2010, distribuídos nos setores de logística, energia, e social e urbano.

**b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:**

O capital social da Companhia é de R\$ 463.412.296,25 (quatrocentos e sessenta e três milhões, quatrocentos e doze mil, duzentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos), representado por 53.137.012.348 (cinquenta e três bilhões, cento e trinta e sete milhões, doze mil, trezentas e quarenta e oito) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

As ações serão indivisíveis em relação à Companhia. Quando a ação pertencer a mais de uma pessoa, os direitos a ela conferidos serão exercidos pelo representante do condomínio.

A propriedade de ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer acionista, a Companhia deverá emitir certificados de ações. Os certificados de ações deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores ou por 1 (um) Diretor juntamente com 1 (um) procurador legal com poderes especiais.

A Companhia poderá, a qualquer tempo, por deliberação da Assembléia Geral: (a) criar classes de ações preferenciais ou aumentar o número de ações preferenciais de classes existentes sem guardar proporção com as demais classes ou com as ações ordinárias, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas, que poderão ser ou não resgatáveis e ter ou não valor

nominal; (b) aprovar o resgate de ações, sujeito apenas à aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações ordinárias.

Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor de reembolso será o valor de patrimônio líquido contábil das ações, de acordo com o último balanço aprovado pela Assembléia Geral ou com balanço especial, se for o caso e se solicitado, segundo os critérios de avaliação do ativo e do passivo fixados na legislação societária e os princípios contábeis geralmente aceitos.

**i. hipóteses de resgate**

**ii. fórmula de cálculo do valor de resgate**

Não há possibilidade de resgates de ações de emissão da companhia além das legalmente previstas.

**c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o perfil de curto e médio prazo do endividamento da Companhia, esta pretende alongar o seu perfil para adequar a sua capacidade de pagamento do montante principal e juros de suas dívidas com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

Observando o endividamento, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a Companhia acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não possa garantir que tal situação permanecerá igual. Caso a Companhia entenda necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos, a mesma acredita ter capacidade para contratá-los atualmente.

(R\$ milhões)	2007	2008	2009
Empréstimos, financiamento e debêntures	560,2	605,2	676,0
Total de Disponibilidade(1)	28,3	148,2	104,3
Dívida Líquida(2)	531,9	458,0	571,7

(1) Disponibilidades é a soma dos itens “numerário disponível” e “aplicações no mercado aberto”.

(2) Dívida líquida é a diminuição do item empréstimos, financiamentos e debêntures menos a disponibilidade.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas**

As principais fontes de recursos utilizadas pela companhia são: Eletrobrás e capital de juros. A Eletrobrás fornece uma taxa de juros subsidiada de aproximadamente 6% ao ano e prazos de amortização concatenados com o retorno dos investimentos. O capital de juros foi feito por uma condição muito vantajosa para empresa tanto na taxa como na amortização.

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A Companhia recorrerá ao mercado financeiro contratando operações em seu benefício, caso a sua geração de caixa não seja suficiente para suprir a sua necessidade de capital de giro e investimentos.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

**i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes**

**ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras**

O saldo da conta empréstimos e financiamentos passou de R\$ 605,2 milhões em 2008 para R\$ 676,0 milhões em 2009, representando um aumento de 11,5% (R\$ 69,8 milhões).

O saldo dos empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívida passou de R\$ 605,1 milhões em 2008 para R\$ 676,0 milhões em 2009, representando um acréscimo de 11,7%. Do total, 97,8% são dívidas em moeda nacional e 2,2% em moeda estrangeira e, 8,1% do endividamento financeiro é de curto prazo (vencimento em um ano) e 91,9% no longo prazo.

A tabela abaixo descreve a evolução do endividamento total consolidado em aberto da Companhia nos períodos em referência:

Dívidas (R\$ milhões)	Em 31 de dezembro de		
	2007	2008	2009
Curto Prazo			
Moeda Estrangeira	4,5	2,2	2,1
Moeda Nacional	51,1	31,0	52,8
Longo Prazo			
Moeda Estrangeira	16,1	19,3	13,0
Moeda Nacional	488,5	552,6	608,1
<b>Total Geral</b>	<b>560,2</b>	<b>605,2</b>	<b>676,0</b>

Financiamentos relevantes e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

São demonstrado abaixo as características das principais dívidas em 31 de dezembro de 2009:

**BNDES:**

Contrato nº 1003269 e aditivos – assinado em outubro de 2006, para financiamento de obras, no valor de R\$ 20.574 com recursos do BNDES (Finem/Finame) através do Banco ALFA, a ser amortizado em 48 parcelas mensais e juros de 4,80% ao ano, indexação da TJLP, e término em junho de 2012, com garantia em Recebíveis e nota promissória. Em outubro de 2008 este contrato foi aditado, incluindo como avalista a Rede Energia S.A. e o custo passou de 4,8% a.a. para 6,3% a.a. acima da TJLP.

**Eletrobrás:**

IRDs (Instrumento de Reconhecimento de Débito) – recursos oriundos de repasse do Governo Federal, que constitui financiamento do Fundo Federal de Eletrificação à Concessionária, com amortização em 80 parcelas trimestrais



iguais e taxa de juros de 8% ao ano e término em maio de 2022. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Programa Luz no Campo – ECF nº 1.975/2000 no valor de R\$ 25.608, com recursos para financiamento do Programa de Eletrificação Rural que integra o Programa Luz no Campo 1ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em julho de 2012. ECF nº 2.162/2002 no valor de R\$ 1.500 relativo à 2ª etapa, com juros de 6% ao ano, com amortização em 120 parcelas e término em junho de 2015. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Programa Luz para Todos – ECFS nº 024-B/2005 no valor de R\$ 18.103, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em junho de 2016, com garantia em receita e nota promissória. ECFS nº 097-B/2007 Aditivo no valor R\$ 41.714, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em dezembro de 2018. ECF nº 2.480/2005 no valor de R\$ 893, a ser amortizado em 60 parcelas mensais iguais e sucessivas, com juros de 7% ao ano e término em novembro de 2012. Todos os ECFs possuem garantia em receita e nota promissória. Além dos contratos citados acima temos também o ECFS- 225/2008 no valor de R\$ 25.100, a ser amortizado em 120 parcelas mensais, iguais e sucessivas, com juros de 6% ao ano e término em outubro de 2020. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Banco do Brasil - FCO – contrato assinado em novembro de 2001, para financiamentos de obras com recursos do FCO - Fundo Constitucional do Centro Oeste, através do Banco do Brasil, sendo liberado R\$ 30.000 a ser amortizado em 108 parcelas mensais iguais consecutivas, com juros de 11,1987% ao ano e término em novembro de 2013, com garantias da receita de arrecadação e aval da controladora.

Banco Bradesco S.A – contrato na modalidade de Cédulas de Crédito Bancário firmando em setembro de 2008 no valor total de R\$ 550,0 milhões para honrar as

dividas declaradas vencidas antecipadamente ou que a Companhia deliberar pagar antecipadamente e investimentos na própria emitente. Sobre o valor do empréstimo incidem juros de 100% da variação da taxa CDI acrescido de 3% ao ano, capitalizados diariamente. Principal vencível em 32 parcelas trimestrais, sendo a primeira em dezembro de 2010 e a última em setembro de 2018 e juros semestrais durante a carência, vencíveis a partir de março de 2009 a setembro de 2010. Garantia com alienação fiduciária sob condições suspensiva de ações ordinárias de emissão da emitente, alienação fiduciária de ações ordinárias de emissão da Caiuá Distribuição de Energia S.A. e cessão fiduciária dos direitos creditórios em montante igual de 5,23% da receita líquida mensal da emitente. Este empréstimo possui garantia real por meio de recebíveis.

Esta operação tem taxa de juros efetiva de 3,96% a.a. em função do custo de transação, pagos antecipadamente e apropriados mensalmente ao resultado, conforme deliberação CVM nº 556/2008. Durante o ano de 2009 foram amortizados R\$ 4,8 milhões.

**Tesouro nacional:**

Dívida de Médio e Longo Prazo - DMPL – contrato assinado em março de 1997, no valor de US\$ 14,6 milhões, objeto de obrigações externas decorrentes de contratos de empréstimos de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositados no Banco Central do Brasil, nos termos das Resoluções nº 1.541/1988 e nº 1.564/1989, do Conselho Monetário Nacional e seus normativos, inclusive as parcelas com vencimentos posteriores a dezembro de 1993, objeto de permuta por Bônus emitidos pela União, em conformidade com as Resoluções nº 98/1992, nº 90/1993 e nº 132/1993, com atualização pela variação da taxa de câmbio informada pelo SISBACEN PTAX-800, opção 1, juros variáveis pela LIBOR semestral acrescidos de 7/8 e 13/16 de 1% ao ano e taxas fixas de 6% a 8% ao ano mais comissão de 0,2% ao ano, com amortizações semestrais e término em abril de 2024, com garantias em aval do Governo do Estado, receita própria e caução de parte da dívida.

### **iii. Grau de Subordinação entre as dívidas**

O saldo do endividamento financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2009 era de R\$676,0 milhões, assim segmentados: (i) R\$94,6 milhões ou 14,0% de garantias reais por meio de recebíveis; e (ii) R\$581,4 milhões ou 86,0% de garantias reais por meio de recebíveis e por aval dos Acionistas Controladores, Rede Energia S.A. e Rede Power do Brasil S.A. (“Rede Power”). O grau de subordinação das dívidas, em relação às suas garantias, será sempre real, flutuante e quirografária, excetuando-se outras legalmente previstas.

**iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.**

#### **Bradesco**

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida líquida financeira / EBITDA<sup>1</sup> – tem que ser igual ou inferior a 4,0x

#### **BNDDES**

A Companhia deve Manter o seguinte índice financeiro:

- Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.7x durante os anos de 2006 e 2007.

---

<sup>1</sup> O EBITDA representa o lucro (prejuízo) líquido excluindo-se os efeitos de resultado em participações societárias, resultado financeiro, resultado não operacional, imposto de renda, contribuição social, crédito fiscal diferido, participação dos minoritários, depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida sob as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou dos Estados Unidos e não deverá ser considerado como alternativa ao lucro líquido como indicador do resultado operacional nem como alternativa ao caixa operacional como indicador de liquidez. O EBITDA por nós calculado pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

Dívida financeira bruta / (Dívida financeira bruta + Patrimônio líquido) – tem que ser igual ou inferior a 0.65x a partir de 2008.

- EBITDA / Dívida financeira bruta – tem que ser igual ou superior a 0.26x

- EBITDA / Despesa financeira bruta - tem que ser igual ou superior a 1,5x

#### **g. Limites de utilização dos financiamentos já contratados**

Os financiamentos já contratos foram integralmente utilizados.

#### **h. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

### **Principais Alterações nas Contas de Resultado**

### **Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2009 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008**

#### **Receita Operacional Bruta**

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 6,3%, passando de R\$ 1.283,4 milhões em 2008 para R\$ 1.363,9 milhões em 2009. A receita operacional líquida do exercício de 2009 foi de R\$ 931,1 milhões, representando um aumento de 8,6% em relação à receita verificada em 2008. Esse incremento foi influenciado principalmente pelo crescimento do mercado consumidor em 6,7%.

#### **Custo do Serviço**

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão, totalizou R\$ 517,3 milhões em 2009,

o que representa um acréscimo de 21,4% em relação aos R\$ 426,1 milhões de 2008, devido ao aumento da demanda e preço médio de compra.

### **Custo da Operação**

O custo da operação foi de R\$ 183,5 milhões em 2009 e R\$ 192,8 milhões em 2008, representando uma redução 4,8%. As despesas operacionais somaram R\$ 43,2 milhões em 2009 e R\$ 80,4 milhões em 2008, representando uma redução de 46,3%. Juntos, os custos e as despesas operacionais tiveram uma redução de 17,0%, passando de R\$ 273,2 milhões em 2008 para R\$ 226,7 milhões em 2009.

### **EBITDA**

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, aumentou de R\$ 229,1 milhões em 2008 para R\$ 256,6 milhões em 2009, representando um incremento de 12,0%, em decorrência do aumento da receita operacional líquida em 8,6% e contenção dos custos e despesas operacionais.

### **Resultado Líquido**

O lucro líquido do exercício de 2009 foi de R\$ 78,7 milhões: um aumento de 14,6% em relação ao lucro de R\$ 68,7 milhões em 2008, principalmente devido ao bom desempenho operacional da companhia.

## **Análise dos Resultados Financeiros do Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparados com Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2007**

### **Receita Operacional Bruta**

A receita operacional bruta da ENERSUL apresentou um aumento de 18,8%, passando de R\$ 1.080,7 milhões em 2007 para R\$ 1.283,4 milhões em 2008. A receita operacional líquida do exercício de 2008 foi de R\$ 857,2 milhões, representando um aumento de 23,65% em relação à receita verificada em 2007 (R\$ 693,2 milhões). Esse incremento foi influenciado principalmente pelo fato de, em 2007, terem sido provisionados R\$ 183 milhões referentes ao ajuste dos resultados da revisão tarifária de 2003, determinada pela ANEEL, bem como pelo crescimento do mercado consumidor em 3,4%.

### **Custo do Serviço**

O custo do serviço, composto de energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso de sistema de transmissão totalizou R\$ 426,1 milhões em 2008, o que representa um decréscimo de 4,25% em relação aos R\$ 445,0 milhões de 2007, devido à variação de preços e da demanda.

### **Custo da Operação**

O custo da operação foi de R\$ 192,8 milhões em 2008 e R\$ 185,3 milhões em 2007, representando um aumento de 4,1% e as despesas operacionais somaram R\$ 80,4 milhões em 2008 e R\$ 121,3 milhões em 2007, representando uma redução de 33,7%. Juntos, os custos e as despesas operacionais tiveram uma redução de 10,9%, passando de R\$ 306,5 milhões em 2007 para R\$ 273,2 milhões em 2008.

### **EBITDA**

O EBITDA da companhia, calculado a partir do resultado do serviço acrescido da amortização e depreciação, aumentou de R\$ 10,0 milhões em 2007 para R\$ 229,1 milhões em 2008, representando um incremento de 2291,1%, principalmente devido à provisão de R\$ 183 milhões em 2007. Retirando-se,

portanto, esse efeito sobre o ano de 2007, o EBITDA apresentaria um aumento de 12,9%.

### **Resultado Líquido**

O lucro líquido do exercício de 2008 foi de R\$ 68,7 milhões contra um prejuízo de R\$ 58,1 milhões em 2007, principalmente devido ao bom resultado operacional da companhia.

### **Principais Alterações nas Contas Patrimoniais**

#### **Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 comparadas com 31 de dezembro de 2008**

#### **Ativo Circulante**

##### *Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto*

Em 31 de dezembro de 2009, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$104,3 milhões, comparados a R\$148,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de 29,6% ocorreu, principalmente, em decorrência do pagamento de dividendos e da continuidade dos desembolsos para investimentos em expansão e manutenção da rede, bem como em programas especiais como o “Programa Luz para Todos” e o programa de redução de perdas.

##### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta “consumidores e revendedores” é de R\$267,0 milhões, comparados com R\$261,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. A variação de 1,9% não foi relevante devido ao fato de

que as tarifas não foram reajustadas para o período. Este fato ocorreu em virtude da compensação pela redução da base de remuneração regulatória de 2003 (conforme reunião pública realizada em 07/04/2008 pela ANEEL).

#### *Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da PCLD é de R\$30,3 milhões, comparados com R\$43,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, apresentando uma redução de R\$13,1 milhões ou 30,2% principalmente por conta da redução da inadimplência em virtude de negociações juntos aos clientes.

#### *Tributos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2009, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$22,6 milhões, comparado a R\$45,9 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal redução de R\$23,3 milhões ou 50,7% ocorreu basicamente em decorrência da compensação dos créditos de imposto de renda e contribuição social contabilizados nos exercícios anteriores.

#### *Ativo Regulatório*

Em 31 de dezembro de 2009 e em 31 de dezembro de 2008, nossa conta de ativos regulatórios era de R\$15,1 milhões e R\$53,4 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$38,3 milhões ou 71,7% ocorreu principalmente em decorrência da amortização de R\$51,4 milhões realizada conforme as disposições regulatórias vigentes.

#### **Ativo Realizável a Longo Prazo**

#### *Consumidores*



Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de consumidores é de R\$31,6 milhões, comparados aos R\$22,2 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$9,4 milhões ou 42,5% ocorreu em virtude de um aumento no número de parcelamento de contas atrasadas de clientes inadimplentes.

#### *Empresas Relacionadas*

Em 31 de dezembro de 2009, nosso realizável em longo prazo contabilizava R\$40,2 milhões referentes a empresas relacionadas, comparados aos R\$10,0 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$30,2 milhões ou 302,0% ocorreu basicamente pelas operações de conta corrente realizadas com CELPA, CEMAT e CAIUA. As adições referentes a estes contratos foram respectivamente R\$23,6, R\$4,9 e 4,1 milhões.

#### *Créditos Tributários Diferidos*

Em 31 de dezembro de 2009, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$249,4 milhões, comparados aos R\$264,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal diminuição de R\$15,3 milhões ou 5,8% é decorrente da utilização de créditos de Imposto de Renda e Contribuição Social com os impostos a pagar sobre o resultado do exercício.

#### *Imobilizado – Líquido*

Nosso imobilizado líquido atingiu R\$841,2 milhões em 31 de dezembro de 2009, representando um aumento de 3,1% ou R\$25,3 milhões em relação aos R\$815,9 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude dos investimentos realizados no período.

#### **Passivo Circulante**

### *Fornecedores*

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo da conta de fornecedores era de R\$104,2 milhões, comparados aos R\$89,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de R\$14,3 milhões ou 15,9%, devido ao aumento de suprimento de energia elétrica e respectivos encargos para atendimento aos consumidores.

### *Tributos e Contribuições Sociais*

Nossos tributos, contribuições sociais a recolher totalizaram R\$31,1 milhões em 31 de dezembro de 2009, uma redução de R\$9,4 milhões, em relação aos R\$40,5 milhões de 31 de dezembro de 2008. Essa diminuição de 23,1% ocorreu principalmente devido aos impostos correntes incidentes sobre a receita e redução de IRPJ incidente sobre JCP.

### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$55,0 milhões em 31 de dezembro de 2009, um crescimento de R\$21,7 milhões em comparação aos R\$33,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de 65,4% ocorreu por três fatores, (i) a migração dos vencimentos de longo para o curto prazo, (ii) os encargos sobre as parcelas de curto prazo e (iii) novas captações para financiamento de investimentos e capital de giro.

### *Dividendos a Pagar*

Houve uma redução na conta de dividendos a pagar de R\$27,6 milhões ou 99,7%, mantendo um saldo de R\$0,9 milhões em 31 de dezembro de 2009 perante o saldo existente em 31 de dezembro de 2008 de R\$27,7 milhões. Esta variação ocorreu pelo pagamento de dividendos no período.

### *Obrigações do Programa de Eficiência Energética*

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, a ser recolhido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e ao Ministério de Minas e Energia (MME). Em 31 de dezembro de 2009 esta rubrica totalizava R\$29,2 milhões, 77,9% superior ao saldo de R\$16,4 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$12,8 milhões ocorreu devido às apropriações do período.

### *Passivo Regulatório*

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009 e R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010. O saldo remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2009 é de R\$84,8 milhões, 26,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2008. O aumento do saldo decorreu da transferência dos valores de longo prazo.

### **Passivo Exigível a Longo Prazo**

### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizaram R\$621,0 milhões em 31 de dezembro de 2009. Houve um aumento de R\$49,2 milhões em comparação aos R\$571,9 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de 8,59% está refletido principalmente em encargos sobre as parcelas de longo prazo e novas captações para financiamento de investimentos e capital de giro, deduzido das parcelas transferidas para o curto prazo.

### *Provisões*

Em 31 de dezembro de 2009, nossas provisões para passivos contingentes totalizaram R\$74,6 milhões, comparados aos R\$91,3 milhões de 31 de dezembro de 2008. Tal redução de R\$16,7 milhões ou 18,3% ocorreu substancialmente em decorrência da reversão por ganho de causas ou por execução do das referidas provisões.

### *Passivo Regulatório*

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009 e R\$ 76.522 aplicado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2009/2010. O saldo remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2008 é de R\$21,9 milhões, 78,3% inferior ao saldo de 31 de dezembro de 2007. A redução decorreu da transferência dos valores para o curto prazo.

### *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2009 o Patrimônio Líquido foi de R\$678,5 milhões, comparados aos R\$669,8 milhões em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento de R\$8,7 milhões ou 1,30% foi devido basicamente ao resultado do exercício líquido dos dividendos apropriados.

### **Análise das Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2008 comparadas com 31 de dezembro de 2007**

#### **Ativo Circulante**

##### *Numerário Disponível e Aplicações No Mercado Aberto*

Em 31 de dezembro de 2008, nosso numerário disponível e aplicações no mercado aberto totalizam R\$148,2 milhões, comparados a R\$28,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de R\$119,9 milhões ou 423,7% ocorreu, principalmente, em decorrência do da melhora no faturamento, pelas ações de combate a inadimplência realizada no período e pelas captações ocorridas no último quadrimestre de 2008 (LPT – R\$ 25,8 milhões, Bradesco – R\$ 59,1 milhões e Baixa Renda – R\$ 33,4 milhões).

##### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta “consumidores e revendedores” é de R\$261,9 milhões, comparados com R\$282,3 milhões em 31 de dezembro de 2007. A redução de R\$20,4 milhões ou 7,2% foi resultante das ações de combate a inadimplência e melhora na operacionalização do sistema de cobrança.

##### *Provisão Para Crédito de Liquidações Duvidosas - PCLD*

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da PCLD é de R\$43,4 milhões, comparados com R\$80,9 milhões em 31 de dezembro de 2007, apresentando uma redução de R\$37,4 milhões ou 46,3% principalmente por conta da implementação da política de cálculo regulatória, que consiste em:

- Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias.
- Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias.
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.
- Após análise criteriosa, efetuada pela administração da Companhia, foram excluídas contas vencidas que estão em processo de negociação.

A Companhia possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos seguimentos de clientes.

Os administradores, com base em estudos e na posição dos seus consultores jurídicos, entendem que os procedimentos de cobranças atualmente praticados, os parcelamentos, as diligências de cobranças e os acordos realizados com os diversos órgãos governamentais e de serviços públicos, somados aos procedimentos judiciais que compreendem, entre outros, a constituição de precatórios judiciais como garantia dos créditos e a aplicação dos termos previstos na legislação de responsabilidade fiscal vigente, minimizam potencialmente os riscos de incertezas dos recebimentos dos créditos.

#### *Tributos e Contribuições Sociais a Compensar*

Em 31 de dezembro de 2008, o montante de tributos e contribuições sociais a compensar correspondem a R\$45,9 milhões, comparado a R\$65,6

milhões de 31 de dezembro de 2007. Tal redução de R\$19,7 milhões ou 30,0% ocorreu basicamente em decorrência da compensação dos créditos de imposto de renda e contribuição social contabilizados nos exercícios anteriores.

#### *Tributos e Contribuições Sociais Diferidos*

Em 31 de dezembro de 2008, o montante de tributos e contribuições sociais diferidos correspondem a R\$1,0 milhões, comparado a R\$45,1 milhões de 31 de dezembro de 2007. Tal redução de R\$44,1 milhões ou 97,8% ocorreu basicamente em decorrência da compensação dos créditos oriundos de prejuízos fiscais de exercícios anteriores com o resultado positivo do período.

#### *Ativo Regulatório*

Em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007, nossa conta de ativos regulatórios era de R\$53,4 milhões e R\$74,7 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$21,3 milhões ou 28,5% ocorreu principalmente em decorrência da amortização de período, realizada conforme as disposições regulatórias vigentes.

#### **Ativo Realizável a Longo Prazo**

##### *Consumidores*

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de consumidores é de R\$22,2 milhões, comparados aos R\$11,7 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de R\$10,5 milhões ou 42,5% ocorreu em virtude de um aumento no número de parcelamento de contas atrasadas de clientes inadimplentes.

##### *Créditos Tributários Diferidos*

Em 31 de dezembro de 2008, nossos créditos tributários diferidos totalizaram R\$264,7 milhões, comparados aos R\$229,2 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de R\$35,6 milhões ou 15,5% é decorrente basicamente da apropriação de créditos sobre adições temporárias.

#### *Ativo Regulatório*

Em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007, nossa conta de ativos regulatórios era de R\$11,4 milhões e R\$33,7 milhões, respectivamente. Essa redução de R\$22,3 milhões ou 66,3% ocorreu principalmente em decorrência da transferência de valores para o curto prazo.

#### *Imobilizado – Líquido*

Nosso imobilizado líquido atingiu R\$815,9 milhões em 31 de dezembro de 2008, representando um aumento de 3,5% ou R\$27,6 milhões em relação aos R\$788,3 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Esse aumento decorreu, principalmente, em virtude dos investimentos realizados no período.

### **Passivo Circulante**

#### *Fornecedores*

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da conta de fornecedores era de R\$89,9 milhões, comparados aos R\$92,5 milhões em 31 de dezembro de 2007, representando uma redução de R\$2,6 milhões ou 2,8%, devido basicamente ao efeito sazonal no prazo médio de pagamentos.

#### *Tributos e Contribuições Sociais*

Nossos tributos e contribuições sociais a recolher totalizaram R\$40,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, um aumento de R\$12,8 milhões, em



relação aos R\$27,7 milhões de 31 de dezembro de 2007. Esse aumento de 46,0% ocorreu principalmente devido aos impostos correntes incidentes sobre a receita e ao imposto de renda a recolher do período.

#### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures totalizaram R\$33,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, uma redução de R\$16,8 milhões em comparação aos R\$50,0 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Tal redução de 33,6% ocorreu principalmente pela reestruturação financeira que alongou os vencimentos, transferindo assim muitos vencimentos para o longo prazo.

#### *Dividendos a Pagar e JCP*

Houve um aumento na conta de dividendos a pagar e de JCP de R\$27,7 e R\$32,3 milhões, totalizando os saldos de R\$27,7 e R\$ 32,3 milhões em 31 de dezembro de 2008 perante aos saldos existentes em 31 de dezembro de 2007 de R\$0,0 e R\$ 0,0 milhões. Esta variação ocorreu pela apropriação de dividendos e JCP sobre resultado positivo do exercício.

#### *Passivo Regulatório*

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009. O saldo

remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2008 é de R\$66,9 milhões, 54,8% inferior aos R\$ 147,9 milhões em 31 de dezembro de 2007.

## **Passivo Exigível a Longo Prazo**

### *Empréstimos, Financiamentos e Debêntures*

Nossos empréstimos, financiamentos e debêntures em longo prazo totalizaram R\$571,9 milhões em 31 de dezembro de 2008. Houve um aumento de R\$67,4 milhões em comparação aos R\$504,5 milhões apresentados em 31 de dezembro de 2007. Tal aumento de 13,3% ocorreu principalmente pela reestruturação financeira que alongou os vencimentos (transferindo assim muitos vencimentos do curto prazo) e pela captação realizada para o pagamento das debêntures de R\$ 337,5 milhões, que tiveram seu vencimento antecipado devido à troca do acionista majoritário.

### *Passivo Regulatório*

Na reunião pública ocorrida no dia 7/4/2008, a ANEEL decidiu pelo parcelamento da compensação gerada pela redução da Base de Remuneração Regulatória - BRR de 2003 em até 36 meses de forma a reduzir ou anular os aumentos tarifários até a compensação total do montante apurado. O saldo líquido dessa compensação financeira totalizou R\$151.122, resultado de R\$192.326 referentes ao efeito retroativo da redução da BRR de 2003, deduzidos de R\$41.204 relativos à última parcela do diferimento da revisão tarifária de 2003 e não recebidos pela ENERSUL. O valor de R\$ 18.450 foi utilizado para compensação financeira durante o ciclo tarifário 2008/2009. O saldo remanescente desta conta em 31 de dezembro de 2008 é de R\$100,6 milhões, 114,8% superior ao saldo de 31 de dezembro de 2007. Este aumento decorreu da apropriação pela expectativa de realização.

## *Patrimônio Líquido*

Em 31 de dezembro de 2008 o Patrimônio Líquido foi de R\$669,8 milhões, comparados aos R\$672,5 milhões em 31 de dezembro de 2007. Tal redução de R\$2,7 milhões ou 0,4% foi devida basicamente ao resultado do exercício líquido dos dividendos e JCP apropriados.

### **10.2. Os diretores devem comentar:**

#### **a. Resultados das operações do emissor, em especial:**

##### **i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**

A Companhia tem a distribuição de energia no Estado do Mato Grosso Sul como sua fonte de receita. Na tabela abaixo é demonstrada a receita líquida dos últimos 3 exercícios sociais:

R\$ (milhões)	2007	2008	2009
Receita operacional bruta	1.080,7	1.283,4	1.363,9
Deduções	387,5	426,2	432,8
Receita operacional líquida	693,2	857,2	931,1

##### **ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

A Companhia possui, principalmente, os seguintes fatores:

- alteração nos custos da Companhia, incluído o preço de energia;
- alterações nas tarifas de energia que a Companhia poderá cobrar de seus clientes decorrente de revisão e reajustes tarifários homologados pela ANEEL;
- disponibilidade de energia para atendimento sem restrições ao mercado;
- condições econômicas no Brasil em geral e nas áreas de concessão da Companhia;
- mudanças na regulação e legislação do setor elétrico;

- resultados das disputas judiciais e contingências; e
- variação cambial e de taxa de juros.

**b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Segundo a metodologia de cálculo dos reajustes tarifários anuais, parte significativa das oscilações nos itens mencionados na sessão 10.2.a.ii afetará adversamente o fluxo de caixa da Companhia, porém, não afetarão simultaneamente a demonstração de resultados da Companhia. Este efeito decorre do mecanismo de constituição de contas patrimoniais ativas e passivas de CVA, onde diferenças positivas ou negativas entre as tarifas cobradas e os custos incorridos pela Companhia são controladas para repasse às tarifas no cobradas dos consumidores, no ciclo tarifário seguinte aquele em que ocorreram as variações.

**c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

A situação financeira e o resultado das operações da Companhia são afetados pela inflação, pelas tarifas praticadas nos leilões de venda de energia que refletem oferta e demanda, além das características da fonte da energia comercializada, as oscilações nas tarifas cobradas dos consumidores e os encargos setoriais ambos homologados anualmente pela ANEEL, sendo que as variações são reconhecidas nas tarifas cobradas dos consumidores por meio do mecanismo de CVA. Desta forma, a maioria de seus custos e despesas é denominada em Reais e está atrelada aos índices de medição da inflação, exceto pela tarifa de compra de energia das quotas de Itaipu que é denominada em dólar, sendo as variações da taxa de câmbio desse contrato também são reconhecidas nas tarifas de distribuição por meio do mecanismo da CVA. Além

disso, a Companhia está exposta às taxas de juros cobradas nos financiamentos e não possui dívida denominada em moeda estrangeira.

**10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:**

**a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não há nesta data, expectativa de introdução ou alienação futura de segmento operacional.

**b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não Aplicável.

**c. Eventos ou operações não usuais**

Não Aplicável

**10.4 – Os diretores devem comentar:**

**a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº. 11.638 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória nº. 449 de 3 de dezembro de 2008.

As alterações efetuadas na Lei das Sociedades por Ações tiveram como principal objetivo sua atualização, o que possibilitará o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil, com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo IASB (International Accounting Standard Board). As mudanças introduzidas na

Lei das Sociedades por Ações causaram efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia, entre tais se destaca os seguintes efeitos:

- Os ativos registrados no ativo imobilizado e intangível foram submetidos a teste de “impairment”, conforme requerido pela Deliberação CVM nº. 527/2007, concluindo que nenhum ajuste era necessário;
- Os custos de captações de empréstimos e financiamentos e emissão de títulos foram reclassificados como redutores dos respectivos passivos, sendo que suas apropriações passaram a ser feitas com base na taxa efetiva da operação, conforme Deliberação nº. 556/2008;
- Para as contas de ativo e passivo de longo prazo, procedeu-se a devida análise dos itens suscetíveis de ajuste a valor presente, conforme Deliberação CVM nº. 564/2008, concluindo que os principais efeitos estão relacionados com as rubricas “Consumidores”, “Impostos e Contribuições a Compensar” ;
- A Companhia não procedeu, para fins de comparação, o ajuste retroativo de suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2007. Desta forma, os ajustes quando referentes a sua mensuração inicial, retroagiram aos saldos de abertura em 1º de janeiro de 2008, conforme facultado na Deliberação CVM nº. 565/2008.

#### **b. Efeitos significativos das alterações nas práticas contábeis**

Os efeitos no resultado de 2008 e no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2007, em função da adoção inicial da Lei nº. 11.638/2007 e Medida Provisória nº. 449/2008, são apresentados a seguir:

	<b>Patrimônio Líquido Dez/07</b>	<b>Resultado 2008</b>
<b>Saldo anteriores aos ajustes da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08</b>	<b>672.516</b>	68.205
Ajuste a valor presente de ativos e passivos de longo prazo	(8.550)	699
Efeitos tributários sobre ajustes da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08	2.907	(238)
<b>Saldo após os ajustes da Lei nº. 11.638/07 e MP nº. 449/08</b>	<b>666.873</b>	<b>68.666</b>

As demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009 não apresentaram efeitos significativos decorrentes de alterações em práticas contábeis.

**Novos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidas pelo CPC e deliberadas pela CVM que ainda não estão vigentes e não foram adotados antecipadamente:**

A Companhia procedeu a análise das deliberações emitidas pela CVM em 2009 para aplicação aos exercícios encerrados a partir de dezembro de 2010 e às demonstrações financeiras de 2009 para fins de comparação e, concluiu que as principais deliberações que poderão apresentar efeitos relevantes são:

**Deliberação CVM nº 577/2009 – CPC 20 – Custos de Empréstimos (IAS 23):** A capitalização de custos de empréstimos relacionados à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis tornou-se obrigatória. Como pelas práticas atuais da companhia, apenas os custos de empréstimos diretamente atribuíveis são capitalizados, o efeito devido a capitalização de custos de outros empréstimos empregados nesses ativos, proporcionará redução nas despesas financeiras, cujo impacto nos balanços ainda estão sendo avaliados.

**Deliberação CVM nº 611/2009 – ICPC 01 – Contratos de Concessão (IFRIC 12):** A deliberação estabelece que não sejam reconhecidos ativos imobilizados referentes a concessões, e sim, o registro de um ativo intangível (o direito de cobrar os consumidores) e/ou um ativo financeiro (indenização ao final da concessão). No estágio atual, a Companhia está acompanhando as discussões sobre o assunto, que estão ocorrendo junto aos órgãos reguladores e entidades de classe, concluindo que não há possibilidade de avaliar com segurança razoável os efeitos nas demonstrações financeiras.

**c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

O parecer do auditor não contém ressalvas, apenas uma ênfase que reproduzimos a seguir:

*Conforme detalhado na Nota Explicativa nº 36, a Companhia, por entender que informações relevantes não foram consideradas no cálculo das Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica e das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD, interpôs recursos contra o resultado apresentado pela Aneel através da Resolução Homologatória nº 785 de 24 de março de 2009 e pela Resolução Homologatória nº 796, de 7 de abril de 2009. Portanto, é entendimento dos Especialistas e Assessores Jurídicos da Companhia que os componentes financeiros apresentados (passivos regulatórios) na Nota Técnica nº 120 de 31 de março de 2009, homologada pela Resolução Homologatória nº 796 devem ser anulados e, como consequência, não foram registrados como passivo regulatório nas demonstrações contábeis da Companhia em 31 de dezembro de 2009.*

A Administração considera boas as chances de êxito do citado recurso administrativo e avaliará o ajuizamento de ação judicial caso o julgamento deles pela ANEEL não sejam satisfatório.

**10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a**



**descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros**

A elaboração e divulgação das demonstrações financeiras requerem que a Administração se baseie em estimativas e no seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais das transações, quando de suas efetivas realizações em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e do julgamento da Administração. A Companhia revisa tais estimativas e premissas, no mínimo, uma vez ao ano.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Provisão para passivos contingentes;
- Plano de suplementação de aposentadoria e pensão;
- Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos;
- Redução do Valor Recuperável dos Ativos;

Provisão para créditos de liquidação duvidosa: A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerando suficiente pela administração da Companhia. A Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, possui um grupo de profissionais com o propósito de avaliar a qualidade e a possibilidade de recuperação dos créditos em atraso referente ao fornecimento de energia para os diversos segmentos de clientes.

Os administradores, com base em estudos e na posição dos seus consultores jurídicos, entendem que os procedimentos de cobranças atualmente praticados, os parcelamentos, as diligências de cobranças e os acordos realizados com os diversos órgãos governamentais e de serviços públicos, somados aos procedimentos judiciais que compreendem, entre outros, a constituição de precatórios judiciais como garantia dos créditos e a aplicação dos termos previstos na legislação de responsabilidade fiscal vigente, minimizam potencialmente os riscos de incertezas dos recebimentos dos créditos.

Provisão para passivos contingentes: São provisionadas as contingências representadas pelas ações judiciais cíveis e trabalhistas com chances prováveis de perda pela companhia, conforme avaliação de seus advogados. De maneira geral, estimamos em cerca de 3 a 5 anos, em média, o prazo para que as referidas ações com chances prováveis de perda tenham julgamento final e haja o efetivo desembolso pela companhia dos valores provisionados, na hipótese da companhia ser vencida nas ações.

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão: A Companhia é patrocinadora da Fundação ENERSUL, entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que tem por finalidade gerir e administrar um conjunto de planos de benefícios previdenciários em favor dos colaboradores e ex-colaboradores da Companhia. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados, na data do balanço, por atuários independentes. A partir de 31/12/2001, esses valores são apurados e registrados de acordo com a Deliberação CVM nº 371/2000.

Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos: Sobre as diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são constituídos impostos diferidos, de acordo com as respectivas alíquotas vigentes na data do balanço. Os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social podem ser compensados anualmente, observando-se o limite de até 30% do lucro tributável para o exercício. De acordo com o art. 15 da Medida Provisória nº 449/2008, convertida na Lei nº 11.941/2009, de 27/5/2009, que institui o Regime

Tributário de Transição - RTT de apuração do lucro real, a Companhia optou pelo RTT aplicável ao biênio 2008-2009.

Redução do Valor Recuperável dos Ativos: Os ativos imobilizados da Companhia são avaliados anualmente com o objetivo de identificar possíveis evidências, eventos ou alterações que indiquem a possibilidade de valor não recuperável. Em havendo perdas, as mesmas são reconhecidas pela diferença entre o valor contábil e o recuperável.

**10.6 – Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:**

**a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las**

A Companhia atende aos padrões de governança corporativa e considera seus controles internos suficientes para o tipo de atividade e o volume de transações que opera. A Administração está empenhada no constante aprimoramento, efetuando constantes revisões, visando a melhoria contínua de seus processos.

**b. Deficiências e recomendações sobre controles internos presentes no relatório do auditor independente**

Como parte dos exames das demonstrações financeiras pelos auditores independentes, relativos aos exercícios de 2007 e 2008, foram elaborados relatórios de controles internos com algumas recomendações, as quais não representaram nenhum comprometimento no desenvolvimento das atividades da Enersul. Estas recomendações foram discutidas com os auditores, e quando aplicáveis, foram adotadas como procedimentos de aperfeiçoamento dos controles da Companhia.

Para o exercício de 2009, os auditores independentes estão em fase de conclusão do relatório de controles internos, todavia, em reuniões de discussões preliminares, não foi apresentado nenhuma situação que possa apresentar risco as atividades da Companhia.

**10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:**

**a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**

Sob a nossa administração a Companhia não fez nenhuma oferta pública de valores mobiliários.

**b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**

Não Aplicável

**c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Não Aplicável

**10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:**

**a. Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

**ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

**iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**iv. contratos de construção não terminada**

**v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não Aplicável

**10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:**

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não Aplicável

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não Aplicável

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não Aplicável

**10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:**

**a. Investimentos, incluindo:**

**i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

<b>R\$ mil</b>	<b>2.008</b>	<b>2.009</b>
Programa Luz Para Todos / Universalização	26,7	29,0
Telecomunicações / Informática / Infra-estrutura	30,8	23,5
Redução de perdas	19,1	9,6
Manutenção e melhorias no sistema	63,2	62,1
Pesquisa e Desenvolvimento	9,0	9,3
<b>Total</b>	<b>139,8</b>	<b>124,2</b>

Programa Luz para Todos ("LPT") e Programa Nacional de Universalização ("Universalização"): em 2009, a Companhia investiu R\$ 29,0 milhões no LPT e Universalização, cuja principal característica é possibilitar o acesso e uso da energia elétrica, a todos os cidadãos domiciliados nas áreas urbanas e rurais do Estado. Os recursos para atendimento do LPT são provenientes da Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), Estados e Fonte Própria.

Telecomunicação/Informática/Infra estrutura: Para atendimento as necessidade de apoio ao negócio da Companhia, foram investidos R\$ 23,5 milhões, em projetos de telecomunicação, informática e infra estrutura.

Programa de Redução de Perdas: são verbas destinadas exclusivamente para o programa de combate às perdas técnicas e comerciais. Em 2009 foram investidos R\$ 9,6 milhões.

Manutenção e Melhorias no Sistema são investimentos vegetativos, feitos com caixa próprios, destinados a manutenção, ampliação e melhorias no sistema elétrico. Esses investimentos totalizaram R\$ 62,1 milhões em 2009.

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 9,3 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são composto pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

## **ii. fontes de financiamento dos investimentos**

### **Eletrobrás**

Em 2002, o Governo Federal começou a implementar um programa de universalização destinado a tornar a energia elétrica disponível aos consumidores que de outra forma não teriam acesso a ela. Neste programa, os consumidores de energia elétrica não precisam arcar com os custos de ligação da rede de energia elétrica, os quais são de responsabilidade das distribuidoras de energia elétrica.

A ANEEL estabeleceu metas para a expansão dos serviços de distribuição prestados por concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, inclusive a meta final de tornar universal o acesso à energia elétrica até 2014. A ANEEL definiu um fator de redução a ser aplicado às tarifas durante o período em que as distribuidoras deixem de cumprir com os projetos de universalização. Os recursos obtidos com o uso de bens públicos e as multas aplicadas às distribuidoras serão investidos na expansão da meta dos serviços universais de distribuição pública de energia, conforme estipulado na regulamentação editada pela ANEEL.

Em 11 de novembro de 2003, o Governo Federal instituiu o Programa Luz para Todos, sob coordenação do MME e operacionalização da Eletrobrás, destinado a propiciar até o ano de 2010, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não possui acesso a esse serviço público, por meio de subvenção econômica advinda da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e financiamentos com fundos da Reserva Global de Reversão – RGR.

<b>Participação Por Entidade - %</b>	<b>ENERSUL</b>
Participação Empresa	15%
CDE - Fundo Perdido	40%
RGR – Eletrobrás	35%
Participação Estado – Fundo perdido	10%

Ademais, a Companhia financia seus projetos de investimento em parte com sua geração própria de caixa e em parte através de linhas de financiamento e/ou demais instrumentos de captação dos mercados de capitais e bancário.

**iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Não Aplicável

**b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não aplicável

**c. Novos produtos e serviços, indicando:**

Não Aplicável

**i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não Aplicável



**ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Pesquisa & Desenvolvimento: a Companhia investiu ainda R\$ 9,3 milhões em programas de pesquisa & desenvolvimento, relacionados com a produção e operação da concessionária. Esses investimentos são compostos pelos seguintes programas: Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Estudo de Eficiência Energética (EPE), Programa de Eficiência Energética (PEE), e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

**iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

Implantação do Programa Evoluir a partir do primeiro semestre de 2009. Esse Programa tem por objetivo a integração das diversas iniciativas da Companhia, por meio de um único programa de transformação da gestão e operação. O objetivo é promover mais transparência e agilidade na tomada de decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento e o crescimento da Companhia e colaboradores. O Programa é subdividido em sete projetos:

1. CSC – Centro de Serviços Compartilhados, já implementado, que visa à uniformização dos processos contábeis, fiscais e financeiros;
2. EPC – Estruturação do Processo de Cobrança, cujo objetivo é a criação de uma área de cobrança corporativa, responsável pela elaboração de estratégias, implementação de melhorias, definição das políticas, normas e gestão de indicadores;
3. EOE – Estruturação da Operação de Engenharia, que pretende melhorar a eficiência da área operacional, a partir do aprimoramento das estruturas de engenharia e distribuição da Companhia;

4. MCPSE – Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, que visa o atendimento às exigências do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico, por meio da atualização e manutenção do cadastro técnico, operacional e patrimonial;

5. PRODIST – Procedimentos de Distribuição, que tem por finalidade a adequação dos procedimentos, com o objetivo de atender as determinações da ANEEL;

6. Criação de um novo CALL CENTER, visando o aumento da qualidade do atendimento.

**iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável

**10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## **2. DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO**

(Conforme informações indicadas no anexo 9-1-II da Instrução CVM 481/09).

(Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício de 2009 foi de R\$ 78.680 (setenta e oito milhões, seiscentos e oitenta mil).

### 2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

A proposta da Administração relativo ao resultado do exercício de 2009, consiste na distribuição de R\$ 25.000 (R\$ 23.500 líquido do imposto de renda) aos acionistas da sociedade, a título de dividendos e de juros sobre o capital próprio, da seguinte forma:

Ações ordinárias (em milhares) - 53.137.012

Dividendos - R\$ 0,28228911 por lote de mil ações - R\$ 15.000

Juros sobre o capital próprio - R\$ 0,18819274 por lote de mil ações - R\$ 10.000 (R\$ 0,15996383 por lote de mil ações - R\$ 8.500 líquido de imposto de renda).

O pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio foram realizados em dezembro/2009, conforme deliberado na Reunião do conselho de Administração de 14/12/2009.

Os juros sobre o capital próprio foram pagos pelo valor líquido de R\$ 0,15996383 por lote de mil ações, já deduzido o imposto de renda na fonte de 15%, exceto aos acionistas pessoas jurídicas que estejam dispensados da referida tributação, os quais receberam pelo valor declarado.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Sobre o lucro líquido de 2009, foi distribuído R\$ 25.000 (R\$ 23.500 líquido de IRRF), sendo R\$ 15.000 referente a dividendos e R\$ 10.000 a juros sobre o capital próprio (R\$ 8.500 líquido de IRRF), que equivale a 33,4466 % sobre o lucro líquido (31,4398% líquido de IRRF), após deduzidos 5% da reserva legal.

4. Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração ocorrida em 27 de março de 2009, aprovou-se a distribuição de dividendos intermediários e intercalares aos acionistas da Companhia, no montante de R\$ 45.000, correspondentes a R\$ 0,84686733 por lote de mil ações.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

Não aplicável.

- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não aplicável.

- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

Não aplicável.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não aplicável.

- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

Não aplicável.

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

<b>Exercícios:</b>	<u><b>2.006</b></u>	<u><b>2.007</b></u>	<u><b>2.008</b></u>	<u><b>2.009</b></u>
<b>Lucro Líquido(Prejuízo) (R\$ mil) :</b>	50.360	(58.056)	68.666	78.680
<b>Quantidade de Ações (milhares) :</b>	53.137.012	53.137.012	53.137.012	53.137.012
<b>Lucro Líquido (prejuízo) por Lote de mil ações (R\$):</b>	0,95	(1,09)	1,29	1,48

- b. Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

<u>Espécie de ações</u>	<u>Número de ações</u> (em milhares)	<u>2008 - AGO 2009</u>	
		<u>Vr. por lote de mil ações</u> R\$	<u>Totais</u> R\$ MIL
Ações ordinárias	53.137.012	0,52129389	27.700
<b>Total</b>	<b>53.137.012</b>		<b>27.700</b>

<u>2008 - AGO 2009 e RCA 27/03/2009</u>			
Ações ordinárias	53.137.012	0,84686733	45.000
<b>Total</b>	<b>53.137.012</b>		<b>45.000</b>

<u>2006 - AGO 2007</u>			
Ações ordinárias	53.137.012	0,542000000	28.803
<b>Total</b>	<b>53.137.012</b>		<b>28.803</b>

**JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO**

		<u>2008 - AGO 2009</u>	
		<u>Vr. por lote de mil ações</u> R\$	<u>Totais</u> R\$ MIL
Ações ordinárias	53.137.012	0,71513242	38.000
<b>Total</b>	<b>53.137.012</b>		<b>38.000</b>

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

- a. Identificar o montante destinado à reserva legal

A esta reserva são destinados 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social, conforme disposto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Do Lucro Líquido no exercício de R\$ 78.680, constituiu-se a reserva legal de 5% sobre essa base, resultando em R\$ 3.934.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável.

e. Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

a. Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Os acionistas terão o direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, 25% do lucro líquido do exercício, observado o disposto no art. 29 do estatuto social da companhia.

Segue abaixo o cálculo dos dividendos relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

Lucro líquido no exercício	78.680
Reserva legal (5%)	-3.934
Base de cálculo para dividendos mínimos	74.746
Percentual sobre o lucro	25%
<b>Dividendo mínimo obrigatório</b>	<b>18.687</b>
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos</b>	
Dividendos intercalares deliberado pela RCA 14/12/2009	15.000
Juros sobre o capital próprio deliberado pela RCA 14/12/2009	10.000
Imposto de renda retido na fonte	-1.500
<b>Total</b>	<b>23.500</b>

b. Informar se ele está sendo pago integralmente

O pagamento dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio foram realizados em dezembro de 2009, conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração de 14/12/2009.

c. Informar o montante eventualmente retido

Não aplicável

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira



da companhia

- a. Informar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não aplicável.

- c. Justificar a retenção dos dividendos

Não aplicável.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

- a. Identificar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não aplicável.

- c. Explicar porque a perda foi considerada provável

Não aplicável.

- d. Justificar a constituição da reserva

Não aplicável.

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não aplicável.

- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não aplicável.

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

O estatuto estabelece em seu art. 28 alínea “e” que, o lucro remanescente, por proposta da administração, poderá ser total ou parcialmente destinada à constituição de reservas de investimentos, observado o disposto no parágrafo único, e o art. 194 da Lei nº 6.404/76.

- b. Identificar o montante destinado à reserva

Dos lucros acumulados, foi proposto pela administração a retenção, a título de reserva de investimentos, o montante de R\$ 49.746.

- c. Descrever como o montante foi calculado

O montante levado à reserva de investimentos refere-se à parte do lucro líquido do exercício de 2009, após deduzidos a reserva legal e os valores de dividendos e juros sobre o capital próprio deliberados, conforme demonstrado abaixo:

Lucro líquido no exercício	78.680
Reserva legal (5%)	(3.934)
Dividendo intercalares deliberado pela RCA 14/12/2009	(15.000)
Juros sobre o capital próprio deliberado pela RCA 14/12/2009	(10.000)
<b>Reserva de investimentos</b>	<b><u>49.746</u></b>

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

- a. Identificar o montante da retenção

Não aplicável.

- b. Fornecer cópia do orçamento de capital

Não aplicável.

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

- a. Informar o montante destinado à reserva

Não aplicável.

- b. Explicar a natureza da destinação

Não aplicável.

**3. ELEIÇÃO DE ADMINISTRADORES  
CANDIDATOS INDICADOS OU APOIADOS PELA ADMINISTRAÇÃO OU  
ACIONISTAS CONTROLADORES**

(Nos termos dos itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência da Instrução  
CVM 480/09)

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
DATA DE ELEIÇÃO E POSSE: 29/ABRIL/2010  
PRAZO DE MANDATO: ATÉ ABRIL/2012**

**Item 12.6. – Tabela**

<b>NOME</b>	<b>IDADE</b>	<b>PROFISSÃO</b>	<b>CPF</b>	<b>CARGO ELETIVO OCUPADO</b>	<b>INDICAÇÃO CONTROLADOR</b>	<b>OUTROS CARGOS EXERCIDOS NA COMPANHIA</b>
Jorge Queiroz de Moraes Junior	65	Engenheiro Naval	005.352.658-91	Presidente	Sim	Diretor Gerente
Alberto José Rodrigues Alves	66	Engenheiro	029.912.508-44	Conselheiro Vice-Presidente	Sim	N/A
Carmem Campos Pereira	41	Administradora de empresas	111.333.448-79	Conselheira Administrativa	Sim	Diretora Presidente e de Relação com Investidores
Antonio da Cunha Braga	62	Administrador de empresas	266.514.758-00	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Plácido Gonçalves Meirelles	75	Industrial	008.482.718-15	Conselheira Administrativa	Sim	N/A
Omar Bittar	79	Advogado	014.403.068-34	Conselheiro Administrativo	Sim	N/A
Raul Toscano de Brito Neto	58	Engenheiro Mecânico	337.817.107-34	Conselheiro Administrativo	Representante Empregados	N/A

(\*) N/A – Não aplicável

**12.7.** Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

**Resposta:** A Companhia não possui comitês estatutários ou comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

**12.8.** Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

- a. currículo, contendo as seguintes informações:
  - i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando:
    - nome da empresa
    - cargo e funções inerentes ao cargo
    - atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
  - ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

## **Currículos - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

### **JORGE QUEIROZ DE MORAES JUNIOR**

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1945

Formado em Engenharia Naval pela Escola Politécnica da USP

Administração de Empresas Nível Pós Graduação e de Mestrado

Doutorado (PHD) Michigan State – University – USA – Especialização em Finanças e Contabilidade

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Presidente do Conselho de Administração da Companhia desde abril de 1995. É presidente do conselho de administração de várias empresas, incluindo as empresas de geração de energia elétrica da Rede Energia e também o presidente do Conselho de Curadores da Fundação Aquarela bem como Membro Efetivo Presidente da REDEPREV – Fundação Rede de Previdência.

Presidente do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A. (Cia Aberta), Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. – CELPA (Cia Aberta), Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. – CEMAT (Cia Aberta), Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Tangará Energia S.A., QMRA Participações S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Couto Magalhães Energia S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL (Cia Aberta), Rede Eletricidade e Serviços S.A., e Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Tangará Energia S.A.

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, Caiuá Distribuição de Energia S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia Nacional de Energia Elétrica, Denerge Desenvolvimento Energético S.A., Empresa Elétrica Bragantina S.A., Empresa de Distribuição de Energia Vale Paranapanema S.A., Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, JQMJ – Participações S.A., Juruena Energia S.A., Rede Comercializadora de Energia S.A., Rede Couto Magalhães Energia S.A., Rede Participações S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A., Rede Peixe Energia S.A., Rede Power do Brasil S.A.  
Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

### **ALBERTO JOSÉ RODRIGUES ALVES**

Data de Nascimento: 10 de novembro de 1943

Engenheiro Eletricista com especialização em Eletrônica – Escola de Engenharia Mauá

Pós Graduação em Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas

Mestrado em Finanças e Contabilidade pela Fundação Getúlio Vargas

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro do Conselho de Administração desde abril de 1995. Foi Diretor Financeiro da Batia Exportação e Importação S.A – 1987/1988. Diretor Técnico e Sócio da Tacan Eletrônica Ltda – 1975/1986. Gerente do Departamento Técnico da Empresa Elétrica Bragantina S.A – 1971/1974. Gerente Técnico da Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo – 1968/1971.

Vice-Presidente do Conselho de Administração: da Tangará Energia S.A e Denerge Desenvolvimento Energético S.A.

Membro do Conselho de Administração das empresas: Rede Energia S.A, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S/A, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. – ENERSUL, Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, Fundação Aquarela, QMRA Participações S.A., Couto Magalhães Energia S.A, Vale do Vacaria Açúcar e Álcool S.A e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS;

Diretor das empresas: BBPM – Participações S.A, JQMJ – Participações S.A. e Elucid Partners S.A..

Sócio Administrador: Agro Pastoril Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

### **CARMEM CAMPOS PEREIRA**

Data de Nascimento: 26 de Junho de 1968

Formada em Direito na Faculdade Metropolitanas Unidas - 1995

Administração de Empresas Graduada pela Universidade São Judas Tadeu - 1989

MBA Finanças – USP

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Membro da Diretoria desde maio de 1998.

Diretora Presidente e de Relação com Investidores e diretora administrativa e Financeira das empresas: Rede Energia S.A, Rede Participações S.A., Rede Peixe Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S/A – CELPA, Centrais Elétricas Matogrossenses S/A – CEMAT, Empresa de Distribuição de Energia Vale

Paranapanema S/A, Caiuá Distribuição de Energia S.A, Juruena Energia S.A e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL.

Diretora Vice-Presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretora das empresas: BBPM – Participações S.A S.A., Companhia Força e Luz do Oeste, Companhia Geral, Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS, Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Elucid Partners S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica, Empresa Elétrica Bragantina S.A, Rede Eletricidade e Serviços S.A, Tangará Energia S.A, QMRA Participações S.A, Rede Power do Brasil S/A e Fundação Aquarela.

Diretora e membro do Conselho de Administração da empresa: Couto Magalhães Energia S.A

Sócia Administradora: Agro Pastoral Lageado Ltda, Batia Exportação e Importação Ltda., Bia – TV Cabo Ltda., Caiuá – Cargas Aéreas Ltda.

### **ANTONIO DA CUNHA BRAGA**

Data de nascimento 18/7/1947

Formado em Administração de Empresas pela Universidade de Marília – UNIMAR, eletrotécnico formado pelo Instituto Americano de Lins e pós-graduado em Administração Geral pela USP. Trabalha na Rede Energia há 35 anos

### **PLÁCIDO GONÇALVES MEIRELLES**

Data de Nascimento: 25 de dezembro de 1934

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: É membro do Conselho de Administração desde abril de 2000. É sócio Gerente da Trois Elles Modas e Confecções. Atuou como membro do Conselho de Curadores da REDEPREV e como diretor da Termocerâmica São Martinho.

Diretor Vice Presidente da empresa: Denerge - Desenvolvimento Energético S.A

Diretor das empresas: Empresa Elétrica Bragantina S.A., Companhia Nacional de Energia Elétrica e Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins – CELTINS.



Membro do Conselho de Administração das empresas: Empresa de Eletricidade Vale Paranapanema S.A, Rede Energia S.A., QMRA Participações S.A. e Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A – ENERSUL

**OMAR BITTAR**

Data de Nascimento: 16 de janeiro de 1931

Membro do Conselho de Administração desde dezembro de 2005. Atualmente é Sócio Diretor da Omar Bittar Assessoria e Consultoria Jurídica S/C e Diretor de Comunicação da Rede Energia.

Foi diretor superintendente da Gazeta Mercantil e Jornal Investimento, vice-presidente da CODETEC – Companhia de Desenvolvimento Tecnológico de Campinas e da ABDIB – Associação Brasileira de Indústrias de Base, diretor para assuntos Internacionais da CPD – Companhia Paulista de Desenvolvimento e consultor e representante da AEP – American Electric Power. Foi Assessor Especial para Assuntos de Privatização e Projetos Especiais do Estado de São Paulo. É formado em Direito pela Faculdade de Direito de Niterói, Rio de Janeiro e em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas.

**RAUL TOSCANO DE BRITO NETO**

Data de Nascimento: 24 de junho de 1951

Formado em Engenharia Mecânica pela Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL: Trabalha na Enersul desde de 1986 e Membro do Conselho de Administração desde abril de 1997. É supervisor de Oficina Eletromecânica e Laboratoriais.

Informamos que o Conselho Fiscal da Companhia não é permanente.

- b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

a. qualquer condenação criminal

**Resposta:** Não há.

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

**Resposta:** Não há.

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

**Resposta:** Não há.

**12.9.** Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

a) administradores do emissor

**Resposta:** Não há.

b) (i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor

**Resposta:** Não há.

c) (i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor

**Resposta:** Não há.

d) (i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor

**Resposta:** Não há.

**12.10.** Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor

**Resposta:** Não há.

b. controlador direto ou indireto do emissor

**Resposta:** Não há.

c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas

**Resposta:** Não há.

#### **4. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

(Conforme informações do item 13 do  
Formulário de Referência da Instrução CVM 480/09)  
(Valores expressos em milhares de reais)

### **13. Remuneração dos administradores**

**13.1.** Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

- a. objetivos da política ou prática de remuneração

**Resposta:** A prática de remuneração do conselho de administração e da diretoria estatutária, adotada pela Companhia, objetiva atrair e reter profissionais qualificados e com experiência na área de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica, bem como, incentivar o cumprimento dos objetivos e metas, proporcionando um alinhamento com os interesses da Companhia.

Leva em consideração as responsabilidades de cada membro, o tempo dedicado às suas funções, sua competência e reputação profissional e o valor dos seus serviços no mercado.

Para o exercício de 2010, a Companhia propõe o montante global de até R\$5.745.960,00, para a remuneração dos administradores da Companhia, a ser segregado da seguinte forma:

- (i) De até R\$363.000,00 para o Conselho de Administração, sendo R\$300.000,00 correspondente à remuneração fixa e o valor de R\$63.000,00 referentes aos encargos.

(ii) De até R\$5.382.960,00 para a Diretoria Executiva, sendo R\$2.000.000,00 correspondente à remuneração fixa, R\$2.382.960,00, correspondente à remuneração variável, R\$100.000,00 referente à benefícios, e o valor de R\$900.000,00 referentes aos encargos.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

**Resposta:** A Companhia adota um modelo de remuneração composto por remuneração fixa mensal e remuneração variável de acordo com os indicadores de performance individual e da Companhia, além de benefícios.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

**Resposta:**

Conselho de Administração: 6,32% da Remuneração Total.

Diretoria: 93,68% da Remuneração Total

(\*) Percentual considera os encargos.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

**Resposta:** Os membros do Conselho de Administração recebem honorários fixos mensais. O reajuste da remuneração dos membros do Conselho de Administração é feito com base na lei e em práticas de mercado. A proposta de remuneração para a Diretoria Estatutária e seu reajuste baseia-se em práticas de mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

**Resposta:** A remuneração da Companhia considera as responsabilidades de cada cargo e esta baseada nas práticas de mercado visando a retenção dos melhores profissionais.

- c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

**Resposta:** A remuneração dos membros do Conselho de Administração da Companhia é fixa e não considera indicadores de desempenho. A remuneração variável dos Diretores Estatutários é definida com base em metas alinhadas com o plano estratégico da Companhia e performance do negócio.

- d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

**Resposta:** Os honorários do Conselho de Administração são revisados anualmente e definidos pela Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Companhia. Para os Diretores Estatutários, a remuneração variável é baseada em metas quantitativas, as quais refletem a evolução dos indicadores de desempenho da Companhia.

- e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo.

**Resposta:** A prática de remuneração dos diretores estatutários está alinhada aos interesses da Companhia, por ser fundamentada por critérios atrelados ao desempenho econômico-financeiro da Companhia definidos pelos indicadores de desempenho, satisfação dos clientes, imagem da Companhia e responsabilidade social.

- f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

**Resposta:** Alguns Conselheiros e Diretores exercem cargos em empresas relacionadas e sob controle comum, sendo neste caso remunerados por tais atribuições.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

**Resposta:** Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

**13.2.** Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Remuneração reconhecida no resultado do exercício de 2009 (R\$ mil)				
a. Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
b. Número de Membros	9	6	-	15
c.i. Remuneração fixa anual	270.000,00	1.925.320,00	-	2.195.320,00
Salário ou Pró-labore	270.000,00	1.892.320,00	-	2.162.320,00
Benefícios diretos e indiretos		33.000,00	-	33.000,00
Remuneração por participação em comitês		-	-	
Outros		-	-	
c.ii. Remuneração variável		699.360,00	-	699.360,00
Bônus		699.360,00	-	699.360,00
Participação nos resultados			-	
Remuneração por participação em reuniões			-	
Comissões			-	
Outros			-	
c.iii. Benefícios pós-emprego			-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo			-	
c.v. Remuneração baseada em ações			-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão			-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	270.000,00	2.624.680,00	-	2.894.680,00

<b>Remuneração prevista para o Exercício de 2010 (R\$ mil)</b>				
<b>a. Órgão</b>	<b>Conselho de Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
b. Número de Membros	9	7	5	15
c.i. Remuneração fixa anual	300.000,00	2.100.000,00	-	2.400.000,00
Salário ou Pró-labore	300.000,00	2.000.000,00	-	2.300.000,00
Benefícios diretos e indiretos	-	100.000,00	-	100.000,00
Remuneração por participação em comitês	-	-	-	
Outros	-	-	-	
c.ii. Remuneração variável	-	2.482.960,00	-	2.482.960,00
Bônus	-	750.000,00	-	750.000,00
Participação nos resultados	-	1.732.960,00	-	1.732.960,00
Remuneração por participação em reuniões	-		-	
Comissões	-		-	
Outros	-		-	
c.iii. Benefícios pós-emprego	-		-	
c.iv. Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-		-	
c.v. Remuneração baseada em ações	-		-	
d. Valor da remuneração por cada Órgão	-		-	
e. Total da remuneração dos Órgãos	300.000,00	4.582.960,00	-	4.882.960,00

### 13.3 a 13.6 – Não aplicáveis.

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- d. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade



- ii. prazo máximo para exercício das opções
- iii. prazo de restrição à transferência das ações
- iv. preço médio ponderado de exercício
- v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

**Resposta:** Não aplicável em razão da Companhia não possuir plano de remuneração baseado em ações.

**13.8 a 13.12 – Não aplicáveis.**

**13.13.** Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Exercício de 2009 (R\$ mil)			
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Percentual da Remuneração Total	9,4%	90,60%	

**13.14 e 13.15 – Não aplicáveis.**

**13.16.** Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

**Resposta:** Não aplicável.